



Yoshiaki Nakano*

Diário Pública

Déficit nominal zero, questão moral

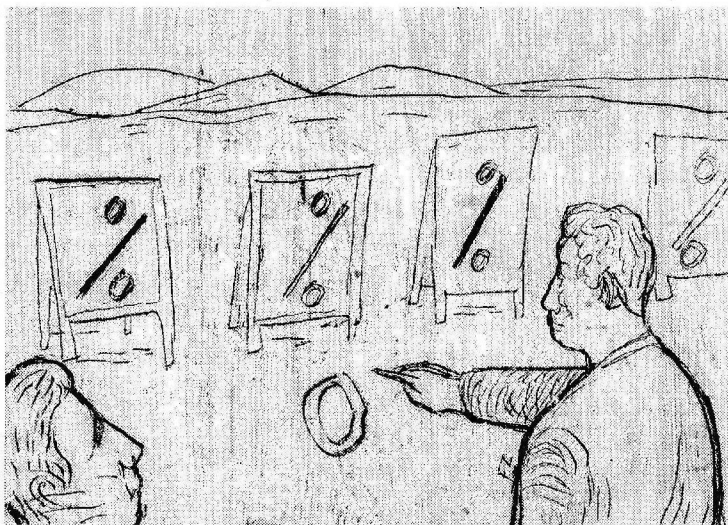
Uma escolha da geração presente impõe encargos às gerações futuras

O Brasil é um país com déficit público crônico, tornando o problema do endividamento permanente. Na nossa história já ocorreram sucessivos calotes da dívida pública, seja explícita ou sob forma de inflação.

Só isto seria suficiente para rompermos com este passado e superarmos definitivamente o problema do endividamento e eliminarmos o risco de crise financeira e de inflação do nosso horizonte. Mas a trajetória de crescimento dos gastos de consumo público dos últimos dez anos e as projeções para o futuro apontam para um cenário trágico de estagnação econômica e novas crises. É impressionante como a opinião pública permanece distante do problema.

Talvez isto se deva ao tamanho que o Estado brasileiro já atingiu e seu poder de convencimento ou coerção. No ano passado com uma carga tributária de 37,4%, outras receitas próprias de 4% e déficit público de 3,4%, todos em relação ao PIB, chegamos a um gasto do governo que representa 44,8% do PIB. Se considerarmos as empresas estatais, o setor público brasileiro apropria muito mais do que a metade de toda riqueza produzida num ano. Imagine o poder daqueles que controlam este Estado, particularmente se agirem de forma discricionária como tem agido este governo.

O professor Marcos Gonçalves de Souza, da Escola de Economia de São Paulo da FGV, acaba de publicar "Ética em Economia", um livro muito oportuno nestes tempos de mensalão, sanguessugas e compra de dossiê. Mas é a aplicação de conceitos de seu livro e de outros trabalhos anteriores



na questão fiscal que é mais esclarecedor e deve comandar o debate necessário.

As questões do déficit e do endividamento público não são simplesmente econômicas e financeiras, portanto, supostamente técnicas, na qual, em princípio, prevalece a racionalidade técnica para estabelecer uma solução ótima. São questões éticas e morais. São questões de preferência e de escolha dos indivíduos e da sociedade. Existe sempre um sistema ético de valores da sociedade que ordena as preferências definindo aquilo que é "bom". O problema ético é subjetivo e de cada indivíduo que tem que fazer escolhas definindo o que é "bom". Não existe prova lógica a priori de qualquer proposição ética.

São diversas as dimensões éticas do déficit público. Vejamos algumas. Ter déficit significa aumentar a dívida, desta forma pospõe o momento em que o cidadão deverá, obrigatoriamente, pagar o preço pela despesa corrente. Ou seja, déficit público implica na transferência da carga tributária para futuras gerações. Revela uma

preferência de consumo (incluindo pagamentos para sanguessugas e mensalistas) e uma escolha da geração presente impondo, arbitrariamente, encargos à geração futura. Os governos são chamados de populistas porque distribuem benesses acima da capacidade ou preferência de pagar impostos dos cidadãos.

Em outras palavras, o cidadão, a qualquer momento, está de frente com imagens alternativas de trajetórias futuras possíveis, e deve fazer a escolha entre uma delas.

Dado o déficit anual e a necessidade de todo ano rolar praticamente a metade da dívida pública, o governo vem pagando aos seus credores, aqueles que compram títulos de dívida pública, a mais alta taxa real de juros. E, para dar um mínimo de garantias a estes credores, é obrigado a gerar superávits primários através do aumento sucessivo de carga tributária. Desta forma vem impondo, sobre os setores produtivos, a taxa real de juros e a carga tributária relativamente à renda per capita mais altas do mundo. Is-

to significa a escolha de situação que impõe enorme transferência de renda de determinados segmentos para outros dentro da sociedade. Novamente, a questão não é técnica, não é a razão técnica escolhendo os meios para atingir fins determinados pelas preferências dos indivíduos.

Da mesma forma, parcela significativa do consumo do governo se dá sob forma de salários e aposentadorias dos funcionários públicos, totalmente fora dos padrões dados pelo mercado de trabalho e pelos sistemas justos de previdência, nos quais os benefícios dependem da contribuição como mostram diversos estudos empíricos. Desta forma, beneficiamos enormemente uma diminuta parcela da população, impondo encargos para toda a sociedade. São questões de escolha moral.

Para finalizar, é preciso lembrar que o tamanho excessivo do Estado comprime os investimentos produtivos, impõe carga tributária excessiva e juros elevados travando o crescimento econômico e construindo uma trajetória futura sombria para a sociedade. Ainda, o argumento de que a transferência de cerca de 45% do PIB para o Estado é justificada porque ele é mais eficiente e produtivo gerando portanto serviços públicos de ótima qualidade não é verdadeiro. Os nossos serviços públicos quando mensurados e comparados com outros países de carga tributária muito menor são muito ruins.

* Diretor da Escola de Economia de São Paulo da FGV. Ex-secretário da Fazenda do governo Mário Covas, 1995-2001. O autor escreve neste espaço mensalmente